



Empresas Suspensas

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
24.683.120/0001-07	A I FERNANDES SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI	MT	Impedimento de licitar/contratar	Irregularidades constatadas na execução do contrato nº 034/2017.	29/06/2021	18 Meses	29/12/2022	SINFRA	MT	DOE nº 28.014, de 08/06/2021, página 15, e DOE nº 28.030, de 29/06/2021, página 16.	29/06/2021
406.142.471-87	Acácio Pereira Gomes	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade Administrativa	19/04/2018	5 Ano(s)	19/04/2023	Seges/MT	MT	TJ/MT	19/04/2018
067.594.768-59	Adalberto Pedro Mansur	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 12, inciso II, da Lei nº 8.429/1992.	03/06/2019	5 Ano(s)	03/06/2024	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	MT	Processo Digital nº 1014106-96.2019.8.26.0320.	
006.714.311-37	Adalto Clei Faria Maia	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Arts. 10, incisos V e VIII, e 11, "caput", da Lei nº 8.429/1992.	15/02/2022	5 Ano(s)	15/02/2027	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.	MT	Autos nº 0000329-34.2016.8.11.0013 - Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa.	
647.750.031-00	Adelson Pereira de Araújo	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa	Lei de Improbidade	22/05/2018	10 Ano(s)	22/05/2028	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

jurídica da qual seja sócio majoritário

142.624.521-15	Afranio Mesquita de Arruda	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	art. 12, III da lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)	27/05/2020	3 Ano(s)	27/05/2023	SEPLAG	MT	TJMT	
24.683.120/0001-07	A.I FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI	MT	Suspensão Temporária	Art. 87, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993.	29/06/2021	18 Meses	29/12/2022	SINFRA	MT	29/06/2021, DOE nº 28.030, PG. 16.	29/06/2021
010.223.088-90	Ailton Nunes dos Santos	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 12, inciso II, da Lei nº 8.429/1992.	03/06/2019	5 Ano(s)	03/06/2024	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	MT	Processo Digital nº 1014106-96.2019.8.26.0320.	
787.319.506-63	Alexandre Lopes Somplício	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10, "caput", e inciso VIII, da Lei nº 8.429/1992.	22/09/2020	5 Ano(s)	22/09/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 39536-92.2012.8.11.0041.	
10.774.860/0001-36	Alos Construtora LTDA-ME	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10, "caput", e inciso VIII, da Lei nº 8.429/1992.	22/09/2020	5 Ano(s)	22/09/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 39536-92.2012.8.11.0041.	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
08.768.034/0001-32	ANAMIL CONSTRUÇÕES LTDA EPP	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	Art. 5º, I e IV, "a", "c" e "d", da Lei nº 12.846/2013, e Art. 88 da Lei nº	18/03/2021	2 Ano(s)	18/03/2023	CGE e SEDUC	MT	DOE nº 27.961, de 18/03/2021, páginas 5 e 6.	18/03/2021
476.405.370-53	ANDERSON LUIS BRUSAMARELLO	RN		ART. 12 DA LEI 8.429/92	27/03/2015	10 Ano(s)	27/03/2025	Justiça Federal RN	RN		
021.732.121-68	ANTÔNIO DOMINGOS	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	20/10/2016	10 Ano(s)	20/10/2026	SEPLAG	MT	TJMT	14/08/2019
027.584.661-04	Antonio Garcia Ourives	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	art. 10 e 11 e art. 12, III da lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)	11/11/2019	3 Ano(s)	11/11/2022	SEPLAG	MT	TJMT	
027.584.661-04	Antônio Garcia Ourives	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10 e 11 e art. 12, III, da Lei ° 8.429/92.	08/11/2019	5 Ano(s)	08/11/2024	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 0011688-19.2001.8.11.0041	
36.892.271/0001-46	ÁPICE CONSTRUTORA INCORPORADORA E IMOBILIÁRIA EIRELI	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública	Art. 5º, I e IV, "a", "c" e "d", da Lei nº 12.846/2013, e Art. 88 da Lei nº 8.666/1993.	18/03/2021	2 Ano(s)	18/03/2023	CGE e SEDUC.	MT	DOE nº 27.961, de 18/03/2021, páginas 5 e 6.	18/03/2021
10.778.470/0001-34	ASTEP Engenharia Ltda	MT	Impedimento de licitar/contratar	Artigo 47 da Lei nº 12.462/2011.	26/07/2021	5 Ano(s)	26/07/2026	CGE e SINFRA	MT	D.O.E. nº 28.049, de 26/07/2021, página 5.	26/07/2021

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
111.587.351-20	Ataídes Marques da Silva	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 11, I, da Lei nº 8.429/1992.	23/10/2020	3 Ano(s)	23/10/2023	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 0033004-44.2008.8.11.0041	
05.196.750/0001-02	Ativa Serviços - ME	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei nº 8.429/1992	07/03/2020	5 Ano(s)	07/03/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 2791-81.2006.8.11.0055.	
00.176.430/0001-69	Auto Posto Chapada Azul Ltda	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 12, da Lei de Improbidade	24/05/2018	5 Ano(s)	24/05/2023	Poder Judiciário	MT	Poder Judiciário	15/08/2018
16.585.364/0001-10	Avançar Tecnologia em Software LTDA	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	Inciso III do artigo 88 c/c IV do artigo 87, todos da Lei nº 8666/1993.	20/07/2021	2 Ano(s)	20/07/2023	CGE e SINFRA	MT	DOE nº 28.045, de 20/07/2021, página 7.	20/07/2021
16.585.364/0001-10	Avançar Tecnologia em Software LTDA	MT	Suspensão Temporária	Art. 7º, da Lei nº 10.520/2002.	20/07/2021	5 Ano(s)	20/07/2026	CGE e SINFRA	MT	DOE nº 28.045, de 20/07/2021, página 7.	
342.454.481-72	Bertier da Silva Filho	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	11/07/2012	10 Ano(s)	11/07/2022	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
08.473.458/0001-70	BRASERV LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	art. 87, inc. II e IV, da Lei nº 8.666/93.	04/03/2020	5 Ano(s)	04/03/2025	SESP-MT	MT	SESP-MT	04/03/2020
02.430.238/0001-82	CAF Brasil Indústria e Comércio S/A	MT	Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos (Lei do RDC).	Artigo 47 da Lei nº 12.462/2011.	26/07/2021	5 Ano(s)	26/07/2026	CGE e SINFRA	MT	D.O.E. nº 28.049, de 26/07/2021, página 5.	26/07/2021
594.212.071-49	Carlos Alberto Mattiello Sobrinho	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 11, I, da Lei nº 8.429/1992.	23/10/2020	3 Ano(s)	23/10/2023	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 0033004-44.2008.8.11.0041	
314.819.907-30	Carlos Alberto Soares de Carvalho	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	24/05/2017	5 Ano(s)	24/05/2022	SEPLAG	MT	TRF1	25/06/2019
045.925.731-53	Carlos Anselmo de Oliveira	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10, "caput", e inciso VIII, da Lei nº 8.429/1992.	22/09/2020	5 Ano(s)	22/09/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 39536-92.2012.8.11.0041.	
06.316.397/0001-01	Casa Sport J.V.L. Lima-COM-ME	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja	Lei nº 8.429/1992.	07/03/2020	5 Ano(s)	07/03/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 2791-81.2006.8.11.0055	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

majoritário

18.332.389/0001-38	C.C. Amorim Engenharia e Arquitetura e Design Ltda. EPP	MT	Suspensão Temporária	ART.87, INCISOS II, III E IV DA LEI 8.666/93	22/05/2018	5 Ano(s)	22/05/2023	SEDUC/MT	MT	IOMAT	22/05/2018
081.576.878-88	CELSO DEL LAMA FILHO	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade Administrativa	25/09/2018	5 Ano(s)	25/09/2023	SEPLAG/MT	MT	DJEMT	01/02/2021
538.635.267-91	Claudiocis Francisco da Silva	RJ	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade Administrativa	18/01/2017	10 Ano(s)	18/01/2027	PGE/MT	MT	Poder Judiciário	09/04/2018
209.157.481-34	CLAUDIOMIRO PIRES DE CAMARGO	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade administrativa	21/08/2019	8 Ano(s)	21/08/2027	SEPLAG	MT	TJMT	23/10/2019
08.907.500/0002-02	Consignum Programa de Controle e Gerenciamento de Margem Ltda	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	Art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.	30/07/2021	2 Ano(s)	30/07/2023	CGE e SINFRA	MT	DOE nº 28.053, de 30/07/2021, página 21.	30/07/2021
17.528.047/0001-25	Consórcio Trimec-Hytec	MT	Suspensão Temporária	Arts. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.	30/07/2021	1 Ano(s)	30/07/2022	SINFRA	MT	DOE nº 28.053, de 30/07/2021, página 80	30/07/2021
15.753.794/0001-31	Consórcio VLT Cuiabá - Várzea Grande	MT	Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo	Artigo 47 da Lei nº 12.462/2011.	26/07/2021	5 Ano(s)	26/07/2026	CGE e SINFRA	MT	D.O.E. nº 28.049, de 26/07/2021, página 5.	26/07/2021

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

até 5 (cinco) anos (Lei do RDC).

15.753.794/0001-31	Consórcio VLT Cuiabá - Várzea Grande	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	Inciso III do artigo 88 c/c artigo 87, todos da Lei nº 8666/1993	26/07/2021	2 Ano(s)	26/07/2023	CGE e SINFRA	MT	D.O.E. nº 28.049, de 26/07/2021, página 5.	26/07/2021
06.105.049/0001-95	CONSTRUTORA ROCHA LTDA	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	Art. 5º, I e IV, "a", "c" e "d", da Lei nº 12.846/2013, e Art. 88 da Lei nº	18/03/2021	2 Ano(s)	18/03/2023	CGE e SEDUC	MT	DOE nº 27.961, de 18/03/2021, páginas 5 e 6.	
33.059.908/0001-20	CR Almeida S/A Engenharia de Obras	MT	Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos (Lei do RDC).	Artigo 47 da Lei nº 12.462/2011.	26/07/2021	5 Ano(s)	26/07/2026	CGE e SINFRA	MT	D.O.E. nº 28.049, de 26/07/2021, página 5.	26/07/2021
04.148.143/0001-04	Credial Consultoria e Assessoria LTDA	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Arts. 10, I e XI, e 11, I, da Lei nº 8.429/92.	05/07/2021	3 Ano(s)	05/07/2024	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 3657-55.2008.811.0041.	
216.134.958-97	Daniel de Almeida Santos	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 12, inciso II, da Lei nº 8.429/1992.	03/06/2019	5 Ano(s)	03/06/2024	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	MT	Processo Digital nº 1014106-96.2019.8.26.0320.	
928.364.451-49	Daniel Gonzaga Correa	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Arts. 10, incisos V e VIII, e 11, "caput", da Lei nº 8.429/1992.	15/02/2022	5 Ano(s)	15/02/2027	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.	MT	Autos nº 0000329-34.2016.8.11.0013 - Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa.	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
601.331.557-49	Decio Coutinho	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Arts. 10, I e XI, e 11, I, da Lei nº 8.429/92.	05/07/2021	3 Ano(s)	05/07/2024	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 3657-55.2008.811.0041.	
299.689.411-15	Deucimar Aparecido da Silva	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10, "caput", e inciso VIII, da Lei nº 8.429/1992.	22/09/2020	5 Ano(s)	22/09/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 39536-92.2012.8.11.0041.	
393.714.761-68	DILMA MOTA CURSINO	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade Administrativa	21/08/2019	8 Ano(s)	21/08/2027	SEPLAG	MT	TJMT	23/10/2019
078.583.881-34	Divino Marciano da Silva	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	art. 12, inc. III da lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)	21/05/2019	3 Ano(s)	21/05/2022	SEPLAG	MT	TJMT	
05.267.835/0001-26	E Barros dos Santos Comércio ME	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública	Artigo 87, inciso IV da lei Nacional n. 8666/93 - reabilitação somente após ressarcimento integral do dano causado ao erário	04/09/2017	5 Ano(s)	04/09/2022	SEDUC/MT	MT	lomat 27098	
063.625.018-02	Edilson Dutra Pereira	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios,	Art. 11, da Lei nº 8.429/1992.	18/06/2021	3 Ano(s)	18/06/2024	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 0000208-35.2018.8.11.0013.	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
			incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário								
009.189.551-06	Edinaldo Ferreira de Santana	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Arts. 10, incisos V e VIII, e 11, "caput", da Lei nº 8.429/1992.	15/02/2022	5 Ano(s)	15/02/2027	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.	MT	Autos nº 0000329-34.2016.8.11.0013 - Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa.	
07.773.026/0001-11	Editora de Liz Ltda-ME	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	Art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.	30/07/2021	2 Ano(s)	30/07/2023	CGE e SINFRA	MT	DOE nº 28.053, de 30/07/2021, página 21.	30/07/2021
079.350.991-20	Edivá Pereira Alves	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	08/03/2017	10 Ano(s)	08/03/2027	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019
571.471.081-91	Edivaldo Rezende da Silva	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 11, caput, da Lei nº 8.429/1992.	24/09/2019	3 Ano(s)	24/09/2022	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 0000334-72.2015.8.11.0019	
127.032.318-06	Elvecio Rui Lazari	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja	Art. 12, inciso II, da Lei nº 8.429/1992.	03/06/2019	5 Ano(s)	03/06/2024	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	MT	Processo Digital nº 1014106-96.2019.8.26.0320.	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

majoritário

433.464.211-04	Elzeny Arantes do Carmo	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	inc II, art. 12, Lei 8.429/92	09/03/2020	5 Ano(s)	09/03/2025	TJ-MT	MT	DJE 10691	09/03/2020
14.811.429/0001-73	E.M.P CONSTRUTORA EIRELI	MT	Impedimento de licitar/contratar	Artigo 87, inciso III, da Lei nº 8666/1993 c/c artigo 4º do Decreto Estadual nº 522/2016,	16/07/2021	2 Ano(s)	16/07/2023	SINFRA	MT	DOE nº 28.030, de 29/06/2021, página 16.	29/06/2021
381.347.058-04	Enodes José dos Santos	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Arts. 10, incisos V e VIII, e 11, "caput", da Lei nº 8.429/1992.	15/02/2022	5 Ano(s)	15/02/2027	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.	MT	Autos nº 0000329-34.2016.8.11.0013 - Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa.	
106.837.711-91	Epifanio Ferreira dos Santos	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 11, I, da Lei nº 8.429/1992.	23/10/2020	3 Ano(s)	23/10/2023	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 0033004-44.2008.8.11.0041	
817.684.191-91	Erica Santana Souza Nascimento Dias	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 9º, "caput", incisos I e X, da Lei nº 8.429/1992.	11/02/2020	9 Ano(s)	11/02/2029	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 1001718-40.2022.8.11.0041.	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
817.684.191-91	Érica Santana Souza Nascimento Dias	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	art. 9, inc. I e X, da lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)	06/02/2020	10 Ano(s)	06/02/2030	SEPLAG	MT	TJMT	
698.563.971-20	Erica Xavier Machado	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 9º da Lei de Improbidade Administrativa	02/08/2017	10 Ano(s)	02/08/2027	SEGES MT	MT	TJMT	02/08/2017
00.407.752/0001-71	ESTEIO CONSTRUÇÕES EIRELI	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	Art. 5º, I e IV, "a", "c" e "d", da Lei nº 12.846/2013, e Art. 88 da Lei nº	18/03/2021	2 Ano(s)	18/03/2023	CGE e SEDUC.	MT	DOE nº 27.961, de 18/03/2021, páginas 5 e 6.	18/03/2021
05.319.939/0001-37	E-TAG CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA EPP	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	Art. 5º, I e IV, "a", "c" e "d", da Lei nº 12.846/2013, e Art. 88 da Lei nº	18/03/2021	2 Ano(s)	18/03/2023	CGE e SEDUC	MT	DOE nº 27.961, de 18/03/2021, páginas 5 e 6.	18/03/2021
616.008.731-20	Everson Serra	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 11, caput, da Lei nº 8.429/1992.	26/11/2020	3 Ano(s)	26/11/2023	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 1006687-35.2021.8.11.0041	
758.193.921-91	Fabio Mendes França	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	art. 9, inc. X, art. 11, inc. I e II, e art. 12, I e III da lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)	13/03/2020	5 Ano(s)	13/03/2025	SEPLAG	MT	TJMT	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
038.238.711-29	Fernanda de Moraes	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 11, caput, da Lei nº 8.429/1992.	21/09/2020	3 Ano(s)	21/09/2023	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 2132-31.2016.8.11.0020	
496.088.941-15	FILINTO PEREIRA MACHADO	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Artigo 12, da Lei de Improbidade	16/06/2020	3 Ano(s)	16/06/2023	SEPLAG/MT	MT	DJEMT	11/09/2020
478.974.308-04	FLORIVAL CARDOSO DOS SANTOS	mt		improbidade administrativa nos termos da lei 8429/92, art 12	28/11/2012	10 Ano(s)	28/11/2022	PODER JUDICIÁRIO	MT		28/11/2012
312.634.373-20	Francisco Valdevaldo Salviano de Moura	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	09/10/2018	10 Ano(s)	09/10/2028	SEPLAG/MT	MT	Poder Judiciário	25/06/2019
02.460.658/0001-01	Franco Fabril Alimentos Ltda	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10 e 11 e art. 12, III, da Lei nº 8.429/92.	08/11/2019	5 Ano(s)	08/11/2024	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 0011688-19.2001.8.11.0041	
02.460.658/0001-01	Franco Fabril Alimentos Ltda.	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou	art. 10 e 11 e art. 12, III da lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)	11/11/2019	3 Ano(s)	11/11/2022	SEPLAG	MT	TJMT	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
			indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário								
03.683.979/0001-38	Gavota Comércio de Combustíveis Ltda	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Ação de Improbidade	29/08/2018	5 Ano(s)	29/08/2023	SEFAZ/MT	MT	Poder Judiciário	12/06/2019
07.691.059/0001-12	GEOTOP CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM	MT	Suspensão Temporária	Artigo 87, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93, e	13/05/2021	1 Ano(s)	13/05/2022	SINFRA	MT	DOE nº 27.998, página 18, de 13/05/2021.	13/05/2021
02.141.279/0001-59	Hytec-Construções Terraplanagem e Incorporação Ltda.	MT	Impedimento de licitar/contratar	Arts. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.	30/07/2021	1 Ano(s)	30/07/2022	SINFRA	MT	DOE nº 28.053, de 30/07/2021, página 80	30/07/2021
02.470.900/0001-28	Inframax Construções e Terraplanagem Ltda	MT	Impedimento de licitar/contratar	Arts. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.	30/07/2021	1 Ano(s)	30/07/2022	SINFRA	MT	DOE nº 28.053, de 30/07/2021, página 80	30/07/2021
02.470.900/0001-28	INFRAMAX CONSTRUÇÕES TERRAPLANAGEM LTDA.	MT	Impedimento de licitar/contratar	Artigo 78, incisos I, II, III e IV, e artigo 79, todos da Lei nº 8.666/93.	04/08/2021	1 Ano(s)	04/08/2022	SINFRA	MT	DOE nº 28.056, de 04/08/2021, página 11.	04/08/2021
10.075.232/0001-62	Instituto Pernambucano de Assistência Social - IPAS	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	Art. 86, 87 e 88 da Lei n. 8666/93	28/06/2017	5 Ano(s)	28/06/2022	SES/MT	MT	lomat 27050 pg. 41	28/06/2017
02.744.384/0001-82	INSTITUTO SOCIAL FIBRA	MT	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois)	Art. 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/1.993.	09/03/2021	2 Ano(s)	09/03/2023	ses	MT	DOE nº 27.953, de 09/03/2021, página 27.	09/03/2021
00.899.192/0001-10	INTERGRAF GRAFICA E EDITORA - E. G. P. DA SILVA	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	Art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.	30/07/2021	2 Ano(s)	30/07/2023	CGE e SINFRA	MT	DOE nº 28.053, de 30/07/2021, página 21.	30/07/2021
513.752.731-91	Itamar Dias Linhares	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou	Lei de Improbidade	11/05/2017	5 Ano(s)	11/05/2022	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário

328.044.231-15	Ivan Fortes de Barros	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	26/06/2018	5 Ano(s)	26/06/2023	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019
098.474.309-00	Jaime Luiz Muraro	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei 8429/92, inc. II do art. 12.	05/03/2020	5 Ano(s)	05/03/2025	Tribunal de Justiça	MT	DJE 10689	05/03/2020
453.998.241-91	Jaquelina Soares Pires	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Artigos 10 e 11 da Lei nº 8.429/92	05/10/2020	5 Ano(s)	05/10/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo de nº 0002114-10.2016.8.11.0020	
11.595.396/0001-83	JER ENGENHARIA ELÉTRICA E CIVIL LTDA	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	Art. 5º, I e IV, "a", "c" e "d", da Lei nº 12.846/2013, e Art. 88 da Lei nº	18/03/2021	2 Ano(s)	18/03/2023	CGE e SEDUC.	MT	DOE nº 27.961, de 18/03/2021, páginas 5 e 6.	18/03/2021
049.299.181-20	Jeverson Missias de Oliveira	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	15/10/2018	5 Ano(s)	15/10/2023	SEPLAG	MT	Poder Judiciário	25/06/2019

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
429.154.491-04	João Batista da Silva	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	art. 11, inc. I, da lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)	17/06/2020	3 Ano(s)	17/06/2023	SEPLAG	MT	TJMT	
411.920.281-04	JOÃO BATISTA DE ALMEIDA FILHO	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	19/12/2018	5 Ano(s)	19/12/2023	SEFAZ/MT	MT	Poder Judiciário	18/12/2019
277.450.151-20	João Batista de Souza	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade Administrativa	19/04/2018	5 Ano(s)	19/04/2023	SEGES/MT	MT	TJ/MT	19/04/2018
969.345.141-49	João de Deus Correia da Silva	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 11, e art. 12, III, da Lei nº 8.429/1992.	05/06/2020	3 Ano(s)	05/06/2023	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 29164-84.2012.8.11.0041	
469.025.201-78	JOÃO PEREIRA DA SILVA	MT		Art. 12 da Lei de Improbidade	09/09/2015	10 Ano(s)	09/09/2025	Justiça Federal MT	MT	Juízo da Subseção de Sinop-MT	
544.553.591-68	Joel Quirino Pereira	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou	Art. 10, da Lei nº 8.429/1992.	16/06/2020	5 Ano(s)	16/06/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 1028712-42.2021.8.11	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário

544.553.591-68	Joel Quirino Pereira	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10, da Lei nº 8.429/1992.	09/07/2021	5 Ano(s)	09/07/2026	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 1023257-96.2021.8.11.0041.	
257.343.509-15	Jorair Fernandes de Moraes	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	28/01/2019	5 Ano(s)	28/01/2024	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019
384.166.971-91	Jorge Idilson Souza	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	28/01/2019	5 Ano(s)	28/01/2024	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019
189.363.429-91	José Forte	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10, I e XII c/c art. 3º e art. 11, I e II, todos da Lei nº 8.429/1992.	21/11/2020	5 Ano(s)	21/11/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 22460-02.2005.8.11.0041	
142.993.052-72	José Guedes de Souza	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou	Art. 10, XII, da Lei nº 8.429/1992	19/11/2021	5 Ano(s)	19/11/2026	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Ação Civil Pública nº 0018593-59.2012.4.01.3599	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário

137.981.048-59	José Nazareno Franco França	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	art. 10 e 11 e art. 12, III da lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)	11/11/2019	3 Ano(s)	11/11/2022	SEPLAG	MT	TJMT	
411.780.251-87	José Quirino Pereira	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10, da Lei nº 8.429/1992.	09/07/2021	5 Ano(s)	09/07/2026	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 1023257-96.2021.8.11.0041.	
411.780.251-87	José Quirino Pereira	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10, da Lei nº 8.429/1992.	16/06/2020	5 Ano(s)	16/06/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 1028712-42.2021.8.11.0041.	
544.570.411-49	JOSENIL JESUS DOS REIS	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	17/09/2019	3 Ano(s)	17/09/2022	SEPLAG	MT	TJMT	18/10/2019
13.170.898/0001-98	JVA Logística Transporte de Carga e Armazéns Ltda	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública	Incisos II e III do artigo 88 c/c inciso IV do artigo 87, todos da Lei	16/12/2021	2 Ano(s)	16/12/2023	CGE	MT	DOE nº 28.145, de 16/12/2021, página 14.	16/12/2021

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

8666/1993.

011.804.014-68	LAIRE ROSADO FILHO	RN		Art. 12 da Lei n. 8.429/92	27/03/2015	10 Ano(s)	27/03/2025	Justiça Federal RN	RN	PGE	
018.599.848-86	Lauro José Vaccari Garcia	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei nº 8.429/1992.	07/03/2020	5 Ano(s)	07/03/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 2791-81.2006.8.11.0055	
932.027.098-87	Leda Regina de Moraes Rodrigues	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	art. 10, inc. II e VII, art. 11, da lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)	05/08/2020	5 Ano(s)	05/08/2025	SEPLAG	MT	TJMT	
164.419.901-70	LENINE LAURO PADILHA DE ARRUDA	MT		artigo 12, inciso II, da Lei nº. 8.429/92 em face da violação do artigo 10, caput e incisos I, II, IX e	12/09/2013	10 Ano(s)	12/09/2023	Poder Judiciário	MT	Ofício n. 1094/2013, de 26/08/2013. Juízo da Vara Esp. Ação Civil Pública e Ação popular.	16/09/2013
230.042.741-91	LEVI PIRES DE ANDRADE	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10, caput, II, XVII, XVIII e XIX, da Lei ° 8.429/92.	18/12/2020	5 Ano(s)	18/12/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 0013845-47.2010.8.11.0041	
621.799.501-87	Lourivaldo Rodrigues Moraes	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa	Art. 1, "caput", da Lei nº 8.429/1992.	16/06/2021	3 Ano(s)	16/06/2024	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 0002846-22.2010.8.11.0013.	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

jurídica da qual seja sócio majoritário

12.150.087/0001-62	LUMA CONSTRUTORA LTDA EPP	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	Art. 5º, I e IV, "a", "c" e "d", da Lei nº 12.846/2013, e Art. 88 da Lei nº	18/03/2021	2 Ano(s)	18/03/2023	CGE e SEDUC.	MT	DOE nº 27.961, de 18/03/2021, páginas 5 e 6.	18/03/2021
13.380.117/0001-90	MACRO CONSTRUTORA LTDA-EPP	MT	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois)	Incisos I, II, V e VII do artigo 78 c/c o inciso I do art. 79, todos da Lei 8.666/93.	21/09/2021	1 Ano(s)	21/09/2022	SINFRA	MT	DOE nº 28.088, de 21/09/2021, página 21.	21/09/2021
33.980.905/0001-24	Magna Engenharia Ltda	MT	Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos (Lei do RDC).	Artigo 47 da Lei nº 12.462/2011.	26/07/2021	5 Ano(s)	26/07/2026	CGE e SINFRA	MT	D.O.E. nº 28.049, de 26/07/2021, página 5.	
553.674.378-34	Manoel Herculano Bernardes	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	art. 10 e 11 e art. 12, III da lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)	11/11/2019	3 Ano(s)	11/11/2022	SEPLAG	MT	TJMT	
329.635.561-87	Manoel Militino Pinto de Miranda	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 11, I, da Lei nº 8.429/1992.	23/10/2020	3 Ano(s)	23/10/2023	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 0033004-44.2008.8.11.0041	
689.890.401-91	Marcelo Machado Butakka	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa	Lei de Improbidade	22/05/2018	10 Ano(s)	22/05/2028	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

jurídica da qual seja sócio majoritário

001.961.001-78	Marcorelio da Costa Ribeiro	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	14/05/2019	3 Ano(s)	14/05/2022	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019
767.222.101-97	Marcos Antonio da Silva	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	14/05/2019	3 Ano(s)	14/05/2022	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019
270.126.488-05	Marcos Augusto de Magalhães	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	art. 10 e 11 e art. 12, III da lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)	11/11/2019	3 Ano(s)	11/11/2022	SEPLAG	MT	TJMT	
326.635.448-68	Marcos Negri	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10, I e XII c/c art. 3º e art. 11, I e II, todos da Lei nº 8.429/1992.	21/11/2020	5 Ano(s)	21/11/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 22460-02.2005.8.11.0041	
981.176.101-91	Marcos Vicente da Silva	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou	Art. 11, e art. 12, III, da Lei nº 8.429/1992.	05/06/2020	3 Ano(s)	05/06/2023	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 29164-84.2012.8.11.0041	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário

12.107.700/0001-69	Margareth Paesano da Cunha Junqueira ME	MT	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois)	Art. 87, da Lei 8.666/93	24/05/2018	5 Ano(s)	24/05/2023	SESP/MT	MT	IOMAT	23/05/2018
106.957.291-87	Maria Albina Botelho Acosta	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	26/06/2018	5 Ano(s)	26/06/2023	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019
569.781.541-72	MARIA ANGÉLICA DA FONSECA BRITO	MT		art. 12, I, da Lei n. 8.429/92	09/11/2013	10 Ano(s)	09/11/2023	VARA ESP. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO POPULAR da comarca de	MT	PROCESSO Nº 51717/2014	19/11/2013
230.108.431-00	MARLENE FERRAZ DE ARRUDA	MT		art. 12, inciso I, da lei 8.429/92	22/06/2015	10 Ano(s)	22/06/2025	Ministério Público Estadual	MT		
230.108.431-00	MARLENE FERRAZ DE ARRUDA	MT		artigo 12, inciso II, da Lei nº. 8.429/92 em face da violação do artigo 10, caput e incisos I, II, IX e XII, do mesmo diploma	12/09/2013	10 Ano(s)	12/09/2023	Poder Judiciário	MT	Ofício n. 1094/2013, de 26/08/2013. Juízo da Vara Esp. Ação Civil Pública e Ação popular.	16/09/2013
05.025.441/0001-61	Mason Comércio e Serviços Ltda. ME	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	15/10/2018	5 Ano(s)	15/10/2023	SEPLAG	MT	Poder Judiciário	25/06/2019

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
11.754.765/0001-33	MAXIMA TERCEIRIZAÇÕES DE SERVIÇOS LTDA	MT	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois)	consoante itens 14.1.3 e 14.1.3.4 do IC 19/2018	09/03/2022	2 Ano(s)	09/03/2024	SINFRA	MT	DOE nº 28.200, de 09/03/2022, página 22.	
626.827.841-00	Meraldo Figueiredo de Sá	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade Administrativa	09/02/2018	5 Ano(s)	09/02/2023	SEGES/MT	MT	TJ/MT	09/02/2018
18.678.159/0001-25	MEUVALE GESTÃO ADMINISTRATIVA LTDA	MT	Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos (Lei do pregão).	Art. 7º, da Lei nº10.520/2002.	06/04/2022	2 Ano(s)	06/04/2024	setasc.	MT	DOE nº 28.220, de 06/04/2022.	06/04/2022
18.678.159/0001-25	MEUVALE GESTÃO ADMINISTRATIVA LTDA	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	Art. 7º, da Lei nº10.520/2002.	06/04/2022	2 Ano(s)	06/04/2024	SETASC	MT	DOE nº 28.220, de 06/04/2022.	06/04/2022
00.950.030/0001-69	Modelo Construtora Ltda	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública	Art. 87, da lei nacional 8666/93	14/07/2017	5 Ano(s)	14/07/2022	Ouvidoria-CGE/MT	MT	Jornal oficial eletrônico dos municípios 2.493/Diário Oficial da União 09/06/2016	14/07/2017
208.371.431-87	Moisés Dias da Silva	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	15/10/2018	5 Ano(s)	15/10/2023	SEPLAG	MT	Poder Judiciário	25/06/2019
10.517.972/0001-01	Moura e Botelho Silveira Ltda	MT	Suspensão Temporária	Lei de Licitações e cláusulas contratuais	15/09/2020	2 Ano(s)	15/09/2022	SEFAZ/MT	MT	IOMAT 27.836 Pg. 11	15/09/2020

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
106.879.801-78	Natal da Silva Rego	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	26/06/2018	5 Ano(s)	26/06/2023	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019
70.427.505/0001-12	OEME - Comércio de Materiais para Escritório Ltda.	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	26/06/2018	5 Ano(s)	26/06/2023	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019
549.336.418-20	OSMARI CESAR DE AZEVEDO	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 12 da Lei de Improbidade	16/06/2020	3 Ano(s)	16/06/2023	SEPLAG/MT	MT	DJEMT	11/09/2020
091.941.262-91	Paulo Roberto da Silva Pedroso	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade Administrativa	04/10/2018	5 Ano(s)	04/10/2023	PGEMT	MT	Poder Judiciário	17/12/2018
830.342.421-15	Paulo Rogério Gonçalves Pinto	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de improbidade	11/05/2017	5 Ano(s)	11/05/2022	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
03.232.014/0001-29	PROTEGE SISTEMA DE PROTEÇÃO ATMOSFÉRICA LTDA.	MT	Impedimento de licitar/contratar	Artigo 81 c/c os incisos II, III e IV do artigo 87, todos da Lei nº 8.666/93.	13/08/2021	2 Ano(s)	13/08/2023	SINFRA	MT	DOE nº 28.063, de 13/08/2021, páginas 14 e 15.	
005.031.641-94	Ralf Rodrigo Viegas da Silva	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade Administrativa	18/12/2019	3 Ano(s)	18/12/2022	Poder Judiciário	MT	DJEMT	21/01/2021
63.780.217/0001-81	R.C.M. Engenharia Indústria e Comércio LTDA	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10, XII, da Lei 8.429/1992.	19/11/2021	5 Ano(s)	19/11/2026	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Ação Civil Pública nº 0018593-59.2012.4.01.3600	
655.431.141-68	Ricardo Alexandre Pereira Aschar	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	art. 9, inc. X, art. 11, inc. I e II, e art. 12, I e III da lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)	13/03/2020	5 Ano(s)	13/03/2025	SEPLAG	MT	TJMT	
839.106.971-00	Rilis Evangelista de Oliveira	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade Administrativa	29/08/2018	5 Ano(s)	29/08/2023	SEFAZ/MT	MT	Poder Judiciário	12/06/2019
026.532.391-67	Roberson dos Santos Machado	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou	Arts. 10, incisos V e VIII, e 11, "caput", da Lei nº 8.429/1992.	15/02/2022	5 Ano(s)	15/02/2027	Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.	MT	Autos nº 0000329-34.2016.8.11.0013 - Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa.	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário

488.802.051-53	Ronaldo da Silva Alves Bastos	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei nº 8.429/1992.	07/03/2020	5 Ano(s)	07/03/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 2791-81.2006.8.11.0055	
137.612.918-33	Roni Everson Muraoka	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 12, inciso II, da Lei nº 8.429/1992.	03/06/2019	5 Ano(s)	03/06/2024	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	MT	Processo Digital nº 1014106-96.2019.8.26.0320.	
793.046.561-68	RONILDO PEREIRA DE MEDEIROS	RN		ART. 12 DA LEI 8429/92	27/03/2015	10 Ano(s)	27/03/2025	Justiça Federal RN			
650.471.841-53	RONILDO VICCARI	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	27/08/2019	3 Ano(s)	27/08/2022	SEPLAG	MT	TJMT	07/11/2019
023.157.426-68	Rubens da Cruz Pereira	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Arts. 10, I e XI, e 11, I, da Lei nº 8.429/92.	05/07/2021	3 Ano(s)	05/07/2024	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 3657-55.2008.811.0041.	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
207.686.991-34	Salvino Vicente de Almeida	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 11, e art. 12, III, da Lei nº 8.429/1992.	05/06/2020	3 Ano(s)	05/06/2023	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 29164-84.2012.8.11.0041	
39.809.199/0001-39	Santa Bárbara Construções S/A	MT	Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos (Lei do RDC).	Artigo 47 da Lei nº 12.462/2011.	26/07/2021	5 Ano(s)	26/07/2026	CGE e SINFRA	MT	D.O.E. nº 28.049, de 26/07/2021, página 5.	26/07/2021
298.779.971-34	Santinho Agostinho Salerno	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei nº 8.249/1992.	13/12/2019	3 Ano(s)	13/12/2022	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 0000302-09.2012.8.11.0040	
00.125.882/0001-11	SÃO BENEDITO CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	Art. 5º, I e IV, "a", "c" e "d", da Lei nº 12.846/2013, e Art. 88 da Lei nº	18/03/2021	2 Ano(s)	18/03/2023	CGE e SEDUC.	MT	DOE nº 27.961, de 18/03/2021, páginas 5 e 6.	18/03/2021
874.040.791-87	Sebastião Vital da Silva	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 11, I, da Lei nº 8.429/1992.	23/10/2020	3 Ano(s)	23/10/2023	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 0033004-44.2008.8.11.0041	
511.481.968-20	Sergio Fernando Sterzo	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja	Art. 12, inciso II, da Lei nº 8.429/1992.	03/06/2019	5 Ano(s)	03/06/2024	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	MT	Processo Digital nº 1014106-96.2019.8.26.0320.	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

majoritário

774.022.781-15	Silene dos Santos Granja	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	26/06/2018	5 Ano(s)	26/06/2023	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019
486.743.111-72	Simone Auxiliadora dos Santos	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	art. 12, III da lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)	27/05/2020	3 Ano(s)	27/05/2023	SEPLAG	MT	TJMT	
706.985.891-49	Sinaira Marcondes Moura de Oliveira	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10, "caput", e inciso VIII, da Lei nº 8.429/1992.	22/09/2020	5 Ano(s)	22/09/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 39536-92.2012.8.11.0041.	
141.544.551-68	SIRLENE FAGUNDES DE FREITAS	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	20/10/2016	10 Ano(s)	20/10/2026	SEPLAG	MT	TJMT	14/08/2019
314.347.111-53	Sônia Maria Dias da Silva	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou	Lei de Improbidade	15/10/2018	5 Ano(s)	15/10/2023	SEPLAG	MT	Poder Judiciário	25/06/2019

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário

24.970.816/0001-06	Supermercado Massaroli Ltda	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei nº 8.429/1992.	07/03/2020	5 Ano(s)	07/03/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 2791-81.2006.8.11.0055	
017.171.691-47	THIAGO RIPARDO DE LIMA	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 9º, inciso XI, da Lei de Improbidade Administrativa	11/05/2017	5 Ano(s)	11/05/2022	PGE MT	MT	Justiça Federal MT	11/05/2017
017.171.691-47	Thiago Ripardo de Lima	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 9º da Lei de Improbidade	11/05/2017	5 Ano(s)	11/05/2022	CGE/MT	MT	3º Vara Federal Primeira Região	11/05/2017
07.417.370/0001-78	TRANSAMÉRICA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	MT	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois)	Descumprimento do Contrato nº 017/2015 e do art. 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/1993.	10/05/2021	2 Ano(s)	10/05/2023	MPMT	MT	Processo nº 20.14.0001.0000153/2019-81, MPMT.	10/05/2021
30.220.229/0001-00	V. M. Castanha Eireli - ME	MT	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a	Art. 41, LC 269/2007 c/c art. 295 da Resolução nº 14/2007	16/09/2021	1 Ano(s)	16/09/2022	Tribunal de Contas de Mato Grosso	MT	Diário Oficial de Contas nº 2282, de 16/09/2021	16/09/2021
891.456.311-15	Valdeir Divino Cruz de Oliveira	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios,	Lei de Improbidade	11/05/2017	5 Ano(s)	11/05/2022	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário

864.291.911-68	Virgílio Divino Cruz de Oliveira	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	11/05/2017	5 Ano(s)	11/05/2022	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019
161.956.041-00	Virgínia Salies	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	26/06/2018	5 Ano(s)	26/06/2023	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019
37.300.051/0001-49	VUOLO ENGENHARIA EIRELI	MT	Suspensão Temporária	Artigos 87 e 78, I, ambos da Lei 8.666/93.	04/03/2022	1 Ano(s)	04/03/2023	SINFRA	MT	DOE nº 28.197, de 04/03/2022, página 18.	04/03/2022
060.590.538-07	Walmir Guse	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. e 11, da Lei nº 8.429/1992.	18/06/2021	3 Ano(s)	18/06/2024	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 0000208-35.2018.8.11.0013.	
063.365.741-72	Walter Cezar de Mattos	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja	Art. 10, I e XII c/c art. 3º e art. 11, I e II, todos da Lei nº 8.429/1992.	21/11/2020	5 Ano(s)	21/11/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 22460-02.2005.8.11.0041	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

majoritário

239.860.266-49	Walter José de Melo	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10, XII, da Lei nº 8.429/1992.	19/11/2021	5 Ano(s)	19/11/2026	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Ação Civil Pública nº 0018593-59.2012.4.01.3600	
531.518.361-00	WANDERLEY DA COSTA BARROS	MT		art. 9º, caput, da Lei n. 8.429/92. art. 12, inciso III da Lei de Improbidade;	15/08/2013	10 Ano(s)	15/08/2023	Poder Judiciário	MT	Ofício n. 1191/2013, de 26/08/2013. Juízo da Vara Esp. Ação Civil Pública e Ação popular.	15/08/2013
876.974.592-72	WILLIAN BARBOSA BENITEZ	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade - art. 9º	31/07/2019	8 Ano(s)	31/07/2027	Seplag MT	MT	TJMT	10/01/2020
925.248.341-15	Willian Taques de Castro	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 11, inc. I e Art. 12, inc. III, Lei 8.429/1992.	19/08/2020	3 Ano(s)	19/08/2023	Tribunal de Justiça	MT	DJE 10784/2020	28/07/2020
241.013.701-68	WILSON PEREIRA DOS SANTOS	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Art. 10, caput, II, XVII, XVIII e XIX, da Lei nº 8.429/92.	18/12/2020	5 Ano(s)	18/12/2025	Tribunal de Justiça de Mato Grosso	MT	Processo nº 0013845-47.2010.8.11.0041	

Dados da empresa			Dados da sanção					Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	UF	Tipo de Sanção	Dispositivo legal	Data Início	Prazo Punição	Data Final N	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data

170.932.871-15	Zefanias Pereira de Deus	MT	Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Lei de Improbidade	11/07/2012	10 Ano(s)	11/07/2022	SEPLAG	MT	TJMT	25/06/2019
----------------	--------------------------	----	---	--------------------	------------	-----------	------------	--------	----	------	------------

(<http://www.tjmt.jus.br/>)

(<https://www.flickr.com/photos>)
(<http://www.tjmt.jus.br/JornalD>)

Institucional Vice-Presidência Conselho da Magistratura Corregedoria Serviços Processos Estatística (<http://estatistica.tjmt.jus.br/>)

Comunicação

(<https://facebook.com/tjmtofici>)
(<https://twitter.com/tjmtofi>)
(<http://bit.ly/ZapJusMT>)

Consulta de Processos Judiciais

1ª Instância ▾

Escolha a Comarca ▾

Digite o N° Processo <<

[Outras opções de consulta](#)

(<http://www.tjmt.jus.br/ConsultaProcessual>)

Resultado da Pesquisa de Processos de Comarca - Lista de Partes

Registros por página:

15 ▾

(<https://www.instagram.com/tjn>)
(<https://www.youtube.com/user>)

(DJE) Diário da Justiça Eletrônico
(<http://dje.tjmt.jus.br/>)

Portal Transparência

(<http://www.tjmt.jus.br/AcessoInformacao/C/26364/#.V643PJgrKUK>)

Filtros Informados

Pesquisado por	Comarca	Critério de Busca
00.604.122/0001-97	Todas as Comarcas	Início

TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA / Cuiabá Cível

[Ver Processos](#)

TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA / Poconé

[Ver Processos](#)

TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA / Santo Antônio do Leverger

[Ver Processos](#)

« < 1 > »

[Consulta Processual](#) .

Institucional

Identidade Institucional (<http://www.tjmt.jus.br/Institucional/C/4042/>)
Histórico (<http://www.tjmt.jus.br/Institucional/C/12059/>)
Afastamento de Magistrados (<http://www.tjmt.jus.br/Lotacionograma/RelatorioAfastamentoMagistradoPeriodo>)
Presidentes (<http://www.tjmt.jus.br/Institucional/C/12077/>)
Comitê Gestor do SDCR (<http://www.tjmt.jus.br/Institucional/C/24709/>)
Comitê de Governança de TIC (<http://www.tjmt.jus.br/institucional/C/34891>)
Comarcas (<http://www.tjmt.jus.br/Institucional/Comarcas/5805c262ad324fc580d22a71dd632522>)
Intranet (<http://intranet.tjmt.jus.br>)
Webmail(jus.br) (<http://webmail.tjmt.jus.br>)
Novo - Webmail Outlook (<https://outlook.office365.com>)
Conselho da Magistratura
Institucional (<http://www.tjmt.jus.br/ConselhoMagistratura/C/4092>)
Provimentos (<http://www.tjmt.jus.br/ConselhoMagistratura/G/155>)
Portarias CM (<http://www.tjmt.jus.br/ConselhoMagistratura/G/185>)
Criação e Instalação de Varas (<http://www.tjmt.jus.br/ConselhoMagistratura/G/47>)
Orientação aos Servidores (<http://www.tjmt.jus.br/ConselhoMagistratura/C/12994/>)
Corregedoria
Jurado Voluntário (<http://www.tjmt.jus.br/cgj/juradovoluntario/>)
Cadastro de Adoção (<http://adocao.tjmt.jus.br/>)
Endereços (<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieWZjODU0TUyYjRlNi00NjdlLWFlZmUuMmVjYTEyZGMxNTVjliwidCl6IjcyOTlkMGY3LWVhZjgtNGVhZS05M2E4LWMyNTImMjNhMmYyYyJ9>)
Juizados Especiais (<http://corregedoria.tjmt.jus.br/gestao/Arquivo/Index/5787b0fe-afb8-428b-a04f-b6e91787c525>)
Foro Extrajudicial (<http://corregedoria.tjmt.jus.br/ForoExtrajudicial>)
Atos da Corregedoria (<http://corregedoria.tjmt.jus.br/atos-da-corregedoria>)
Manuais (<http://corregedoria.tjmt.jus.br/biblioteca/manuais>)
CNGC (<http://corregedoria.tjmt.jus.br/atos-da-corregedoria?arquivo.categoria=4&arquivo.filtro=-+judicial&arquivo.ano=Todos&arquivo.pagina=0>)
CNGCE (<http://corregedoria.tjmt.jus.br/atos-da-corregedoria?arquivo.categoria=4&arquivo.filtro=CNGCE&arquivo.ano=Todos&arquivo.pagina=0>)
CEJA - Adotar é Legal (<http://corregedoria.tjmt.jus.br/adocao-ceja/adocao-adotar-e-legal>)
CEJA - Programa Padrinhos (<http://corregedoria.tjmt.jus.br/adocao-ceja/adocao-projeto-padrinhos>)
Áreas Temáticas
Controle Interno (CCI) (<http://www.tjmt.jus.br/OutrasAreas/C/20366/>)
Convênio Polícia Federal (<http://servicos.tjmt.jus.br/processos/comarcas/consulta.aspx?ConsultaA=1>)
Sites
Sistemas
Colégio de Presidentes (<http://www.colegiodepresidentes.jus.br/>)
STF (<http://www.stf.jus.br/>)
STJ (<http://www.stj.jus.br/portal/site/STJ>)
CNJ (<http://www.cnj.jus.br>)
CCS (<https://www3.bcb.gov.br/ccs/indexEstatico.jsp>)
Infoseg (<https://seguranca.sinesp.gov.br/sinesp-seguranca/login.jsf>)
Renajud (<https://renajud.denatran.serpro.gov.br/>)
InfoJud (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/scripts/CAV/login/login.asp>)



Amam (<http://www.amamcba.org.br/>)
Emam (<http://emam.org.br/>)
Sinjusmat (<http://www.sinjusmat.com/>)
Sindojus (<http://www.sindojus-mt.org.br/>)
Links (<http://www.tjmt.jus.br/institucional/G/984>)

Politec (<https://portal.sesp.mt.gov.br/politec-online/login.seam>)
Bacenjud (<https://www3.bcb.gov.br/bacenjud2/dologin>)
CNIB (<https://indisponibilidade.org.br>)
Caged (<http://caged.mte.gov.br/caged>)
SDM (<http://sdm.tjmt.jus.br/>)

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Centro Político Administrativo - Rua C, S/N - CEP 78049-926 - Cuiabá-MT - (65) 3617-3000
Copyright© TJMT/2013





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 27/04/2022 18:46:31

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA**
CNPJ: **00.604.122/0001-97**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

**Acesso a
Participação**

Editais de Licitação
Compra Direta
Fornecedores

Consultas

Banco de Especificação
Pregões
Resultado Licitação
Registro de Preço
Proposta Pregão Presencial

**Acesso aos
Servidores**

Sistema de Aquisição
SIAG-C

Licitações ao Vivo

Ver ata
Assistir Pregão

Fornecedores Sancionados

Opções de Pesquisa

Selecione uma modalidade de consulta:

- Por CNPJ/CPF
 Por Razão Social
 Por Tipo de Sanção

Informe um Objeto para a pesquisa:

**Acesso ao Portal de
Transparência do Governo
Federal**

[Acesso ao cadastro de empresas
inidôneas e suspensas do Governo
Federal - CEIS](#)

Pesquisar Limpar

Nenhum registro encontrado



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA**

CPF/CNPJ: **00.604.122/0001-97**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 18:49:17 do dia 27/04/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: S6LW270422184917

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **JOAO BATISTA RODRIGUES**

CPF/CNPJ: **350.113.606-44**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 18:52:04 do dia 27/04/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: WVIC270422185204

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **SIMONIO FREITA DA SILVA**

CPF/CNPJ: **004.991.726-98**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 18:53:16 do dia 27/04/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: AS9C270422185316

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **VALEINVEST PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S/A**

CPF/CNPJ: **15.703.808/0001-02**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 18:51:13 do dia 27/04/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 8D5X270422185113

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.